

Banco Industrial do Brasil S.A.

CNPJ 31.895.683/0001-16



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – DEZEMBRO DE 2021

A Administração do Banco Industrial do Brasil S.A. (Banco ou BIB) submete a vossa apreciação as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, contemplando o Relatório da Administração e as correspondentes informações financeiras, examinadas pelos Auditores Independentes, sem ressalvas.

Cenário Econômico: Ao final de 2021 a política monetária começou a ser apertada na maioria dos países. Nos EUA, a última ata da reunião do Comitê de Mercado Aberto do Fed (FOMC) revelou um aumento no grau de preocupação da maioria de seus membros devido à aceleração da inflação e o aquecimento do mercado de trabalho. Por conta disso, decidiram antecipar o fim do *tapering* (programa de compra de ativos) e apontaram para três altas da taxa básica de juros em 2022. Na Zona do Euro, a atividade econômica foi afetada negativamente pelas medidas de distanciamento adotadas para lidar com a variante Ômicron. A China, por outro lado, aumentou o estímulo monetário, com a redução no compulsório e quedas nas taxas de juros. O objetivo anunciado pelo governo é de estabilizar o crescimento econômico. No cenário doméstico, em sua última reunião, o COPOM aumentou a taxa de juros em 1,5 p.p. e avaliou que será necessária a manutenção do ciclo de aperto monetário, para garantir a convergência da inflação para a meta ao longo de 2022 e 2023, que ficou pressionada principalmente devido ao aumento dos preços de combustíveis e energia. No campo fiscal, os dados divulgados seguem positivos e acima da expectativa, indicando que o resultado primário de 2021 deve ser positivo. O orçamento de 2022 foi aprovado, com espaço aberto pela PEC dos precatórios sendo usado em sua plenitude. Entretanto, a perspectiva para 2022 segue ruim, com greves de funcionários públicos exigindo reajustes salariais e podendo indicar gastos adicionais. Para o cenário político, teremos eleição presidencial. Com os esforços voltados para as campanhas, as reformas estruturais necessárias que o país precisa para ter um ambiente seguro e atrativo de negócios não devem avançar em 2022.

Perfil de Atuação: O Banco Industrial do Brasil S.A. atua essencialmente como um banco de crédito, focado no financiamento de médias empresas, através da oferta de produtos competitivos e complementares, direcionados, sobretudo, às necessidades de capital de giro dos clientes. Atua também na concessão de crédito pessoal consignado, buscando manter a composição da carteira de crédito em aproximadamente 85% de operações de atacado e 15% de varejo. A Administração do Banco prioriza a elevada qualidade da carteira de crédito, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão e o desenvolvimento de relacionamentos de longo prazo com os clientes. Todas as operações são submetidas à aprovação do Comitê de Crédito. Os clientes são avaliados segundo parâmetros objetivos, que levam em consideração a capacidade financeira, a liquidez das garantias, a pontualidade no cumprimento das obrigações e o desempenho dos recebíveis.

A Tesouraria não opera com o objetivo de obter resultados, mas sim de garantir *funding* competitivo e adequado ao perfil dos ativos do Banco e de eliminar as exposições em prazo, moeda e taxa de juros. O caixa é gerenciado visando à manutenção de um confortável nível de liquidez, cujo saldo no final do exercício representava 127,3% do patrimônio líquido. Por fim, o Banco mantém um elevado grau de capitalização, refletido no Índice de Basileia de 13,5%.

Desempenho: O BIB registrou lucro líquido de R\$ 74,5 milhões no exercício de 2021, e uma taxa de retorno sobre o patrimônio líquido médio (ROAE) de 12,0% no período. O patrimônio líquido, no encerramento do período, atingiu o saldo de R\$ 645,9 milhões.

Crédito: A carteira de crédito do Banco, totalizou R\$ 4.672,1 milhões, representando aumento de 16,2% quando comparado com o mesmo período do ano passado. Já a carteira de crédito expandida, incluindo as garantias prestadas a terceiros, totalizou R\$ 4.829,4 milhões. O Banco mantém cobertura de mais de 90% da carteira com recebíveis e garantias reais de alta liquidez, o que contribui com a manutenção da baixa taxa de inadimplência, que representava 0,4% da carteira ao final do exercício, considerando os créditos vendidos acima de 90 dias. O segmento de *middle market* encerrou o exercício com um volume de R\$ 4.139,5 milhões, conforme nota explicativa nº 8. A carteira de varejo, que compreende as operações de crédito consignado, apresentou um aumento, totalizando R\$ 532,7 milhões, quando comparado com o mesmo período do ano passado. O BIB prioriza a elevada qualidade de sua carteira, adotando, para tanto, uma política conservadora de concessão de crédito. O Banco aprova limites de crédito específicos para cada perfil de cliente, segundo parâmetros objetivos, levando em conta sua capacidade financeira, a prestação de garantias de elevada liquidez, a pontualidade no cumprimento de suas obrigações e a avaliação do desempenho da sua carteira de recebíveis.

Captações: As captações do Banco Industrial totalizaram R\$ 5.288,0 milhões no final do exercício, representando crescimento de 24,3% em relação ao mesmo período do ano passado. A captação nacional, que representa a principal origem de recursos da Instituição, ocorre principalmente por meio de depósitos a prazo, interfinanceiros e letras financeiras. Tais carteiras atingiram, no encerramento do período, o saldo de R\$ 3.947,1 milhões, representando crescimento de 14,9% em relação ao mesmo período de 2020.

Governança Corporativa: Administração: o BIB é administrado por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva, com os poderes conferidos pela legislação vigente e pelo Estatuto Social, cujo conteúdo encontra-se disponível para consulta no site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br). A posse dos Diretores é condicionada à assinatura do Termo de Anuência de Administradores, por meio do qual se responsabilizam pessoalmente a se submeterem e a agir em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 1 de Governança Corporativa e o regulamento correspondente.

Código de Ética: aplicável a todos os administradores e funcionários do BIB, o Código de Ética reúne as diretrizes que devem ser observadas na atuação profissional para atingir os mais elevados padrões de conduta ética no exercício de suas atividades. Reflete a identidade cultural e os compromissos que o BIB assume perante os mercados em que atua. Pode ser consultado através do site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Controles Internos e Compliance: o Sistema de Controles Internos e *Compliance* adotado pelo BIB é composto por um processo estruturado que abrange todos os colaboradores, com o propósito de permitir a condução mais segura, adequada e eficiente das atividades desenvolvidas pelo Banco. Elaborado segundo as melhores práticas de mercado, constitui importante instrumento no exercício de assegurar o cumprimento das normas legais, das diretrizes, dos planos, dos procedimentos e das regras internas, bem como garantir sua revisão periódica e adequação, minimizando os riscos de perdas operacionais e o comprometimento da imagem.

Prevenção ao Crime de Lavagem de Dinheiro: o BIB conta com um programa de prevenção ao crime de lavagem de dinheiro para combater o uso indevido de seus produtos e serviços em prol da intermediação de recursos oriundos de atividades ilícitas e do financiamento ao terrorismo. Para tanto, instituiu um conjunto de políticas, processos, treinamentos e sistemas específicos que visam ao conhecimento de seus clientes e ao monitoramento de suas operações, possibilitando a identificação tempestiva de situações suspeitas ou atípicas, sua avaliação e notificação às autoridades competentes.

Risco Operacional: o processo de gerenciamento do risco operacional compreende as atividades de identificação e avaliação dos riscos, implantação das atividades de controle e avaliação periódica da sua eficácia, monitoramento das perdas financeiras resultantes da materialização dos eventos de risco, ações corretivas empreendidas, a fim de corrigir desvios identificados nos processos e comunicação das informações relevantes à tomada de decisão. Conta com a participação de todas as áreas funcionais da Instituição, através de seus Agentes Setoriais de *Compliance*, com reporte direto à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Risco de Mercado: o risco de mercado é gerenciado segundo os preceitos definidos pelo Acordo de Basileia III, regulamentados no Brasil pelo Banco Central. O BIB monitora diariamente o nível de exposição de suas posições através do cálculo do VaR (*Value at Risk*) e da simulação de cenários de estresse. Os limites de exposição são definidos pelo Comitê de Risco de Mercado, que é convocado sempre que são observados desvios relevantes ou rompimento dos limites. O monitoramento é realizado de forma independente, pela área de *Compliance* e Riscos, reportado à Diretoria e à Mesa Financeira.

Risco de Liquidez: o BIB adota uma postura rigorosa na gestão do risco de liquidez. Para tanto, faz uso de um conjunto de controles e ferramentas que permite a aferição dos níveis adequados de recursos. O Banco mantém uma política conservadora de caixa mínimo, monitorado diariamente e submetido a cenários de estresse, que orientam a atualização do plano de contingência de liquidez.

Gerenciamento de Capital: o gerenciamento de capital no BIB constitui-se de um processo contínuo de monitoramento e controle dos níveis de capital da Instituição, para fazer face aos diferentes riscos associados à sua atividade. Além disso, o processo avalia de forma prospectiva as necessidades de capital, considerando as metas e os objetivos estratégicos do Banco, além de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Risco de Crédito: o gerenciamento do risco de crédito constitui um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, aferição e diagnóstico dos modelos, instrumentos, políticas e procedimentos vigentes. Tem como base o cenário econômico e suas perspectivas, as especificidades e o comportamento de cada setor da economia, o desempenho histórico e a experiência do Banco no gerenciamento de seus ativos de crédito. O processo de análise é conduzido com elevado grau de disciplina, integridade e independência, enquanto a aprovação é obtida somente mediante decisão do Comitê de Crédito.

Segurança da Informação: práticas adotadas pelo BIB em todos os seus níveis funcionais, constituídas por um conjunto de políticas, processos, estruturas organizacionais e procedimentos, que visam à proteção das informações dos clientes e do Banco, nos aspectos de confidencialidade, integridade e disponibilidade.

Política de Transparência e Divulgação de Informações: o BIB disponibiliza para consulta pública, em seu site de Relações com Investidores (ri.bib.com.br), todas as informações relacionadas ao seu histórico e perfil de atuação, estrutura acionária, demonstrações financeiras e avaliações de risco elaboradas pelas agências de *rating*. O site de Relações com Investidores está disponível nas versões português e inglês.

Risco Socioambiental: a Administração do BIB acredita que o desenvolvimento sustentável constitui fator determinante para a continuidade do ambiente econômico. Nesse contexto, o Banco passa a atuar orientado a estimular a mudança de conduta de seus *stakeholders*, através da implantação da metodologia de avaliação de riscos socioambientais como subsídio para a decisão de concessão de crédito. Além disso, faz uso das listas de exclusão, definidas pelos bancos multilaterais com os quais mantém relacionamento comercial, que excluem o financiamento a empresas que agredem o meio ambiente, adotem práticas trabalhistas ilegais ou produzam determinadas classes de produtos. Para tanto, foi constituída uma política corporativa, observando os princípios de relevância e proporcionalidade, alinhada com os enunciados corporativos: a) Código de ética e conduta profissional;

b) Prevenção sobre crimes de lavagem de dinheiro e; c) Conheça seu cliente, e reafirma o compromisso do conglomerado com o crescimento sustentável e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades às quais se insere, seja pela localização geográfica de suas instalações, seja pela sua marcante presença no mercado de crédito, beneficiando indiretamente as comunidades locais das empresas clientes. O BIB também investe na inclusão social por meio do estabelecimento de parcerias com programas que visam à inserção de jovens de baixa renda no mercado de trabalho, bem como investe em oportunidades para o desenvolvimento profissional de seus colaboradores, mediante a concessão de bolsas de estudo para cursos de qualificação profissional, formação universitária e pós-graduação.

GIR – Gerenciamento Integrado de Riscos: Em atendimento à Resolução nº 4.557/17, alterada pela Resolução nº 4.745/19 do CMN, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos, estrutura de gerenciamento de capital e política de divulgação de informações, o BIB possui uma gestão completamente automatizada através de sistemas contratados, consolidando todos os riscos através de Comitês executivos. Adicionalmente, é importante mencionar que os processos de riscos encontram-se aderentes às referidas Resoluções e o Relatório de Divulgação de Informações está disponível no site Relações com Investidores (ri.bib.com.br).

Recursos Humanos: O Banco Industrial do Brasil encerrou o exercício com 286 colaboradores, incluindo 2 através de programa social e 35 terceirizados atuando nas áreas de serviços gerais.

RATINGS: Seguem os *ratings* obtidos pelo Banco Industrial junto às principais agências de classificação de risco:

• **Moody's:** Ba3 (Global) / A+ (Nacional) / Perspectiva Estável; • **RiskBank:** Baixo Risco para Médio Prazo / 1 / *Disclosure:* Excelente

Relacionamento com os Auditores: De acordo com as regras da Resolução CMN nº 3.198/2004, a KPMG Auditores Independentes não presta qualquer outro serviço ao Banco Industrial do Brasil e a suas empresas ligadas, além daqueles expressamente relacionados à função de auditoria externa, preservando, assim, a independência e a integridade necessárias à execução dessa atividade.

Agradecimentos: Agradecemos aos clientes, parceiros e fornecedores pelo suporte e pela confiança depositada e, em especial aos nossos funcionários, por todo o empenho na busca pela excelência.

São Paulo, 25 de janeiro de 2022.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Controlador		Consolidado			Nota	Controlador		Consolidado	
		12.2021	12.2020	12.2021	12.2020			12.2021	12.2020	12.2021	12.2020
Ativo						Passivo					
Disponibilidades	4	94.383	99.193	94.577	99.334	Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos		5.298.469	4.264.794	5.288.928	4.257.378
Instrumentos financeiros		5.797.335	4.695.049	5.797.789	4.695.049	Instituições financeiras	17	1.882.427	1.627.642	1.877.614	1.622.879
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	784.854	418.494	784.854	418.494	Outros clientes	17	3.415.148	2.635.007	3.410.420	2.632.354
Títulos e valores mobiliários	6	211.451	132.805	211.451	132.805	Instrumentos financeiros derivativos	7	615	283	615	283
Instrumentos financeiros derivativos	7	292	85	292	85	Outros passivos instrumentos financeiros passivos	11	279	1.862	279	1.862
Operações de créditos	8	3.970.620	3.771.732	3.970.620	3.771.732	Provisões		101.285	91.944	102.477	92.225
Outros instrumentos financeiros	12	830.118	371.933	830.572	372.367	Contingências	18	100.650	91.257	101.842	91.538
(-) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	(30.563)	(39.382)	(30.563)	(39.382)	Outras	18	635	687	635	687
Créditos tributários	13	57.684	59.937	57.684	59.937	Obrigações fiscais diferidas		455	312	455	312
Outros ativos	14	142.771	159.340	142.771	159.340	Outros passivos	19	67.647	84.609	68.715	85.033
Investimentos em participações em controladas	15	9.937	8.519	2.026	1.251	Patrimônio líquido		645.916	592.838	645.934	592.856
Imobilizado de uso	16	50.452	60.800	50.452	60.800	Capital social	20	387.448	386.077	387.448	386.077
(-) Depreciações e amortizações	16	(8.227)	(8.959)	(8.227)	(8.959)	Reservas	20	273.165	219.736	273.165	219.736
						Outros resultados abrangentes		(14.697)	(12.975)	(14.697)	(12.975)
						Participação de minoritários		-	-	18	18
Total do Ativo		6.113.772	5.034.497	6.106.509	5.027.804	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		6.113.772	5.034.497	6.106.509	5.027.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020						SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)						(Em milhares de Reais)					
Nota	Controlador		Consolidado			2º semestre	Controlador		Consolidado		
	12.2021	12.2021	Exercício	2º semestre	Exercício		12.2021	12.2021	Exercício	2º semestre	Exercício
	12.2021	12.2021	12.2020	12.2021	12.2021	12.2020	12.2021	12.2021	12.2020	12.2021	12.2020
Receitas da intermediação financeira		412.754	656.541	576.820	412.754	656.541	576.820				
Operações de crédito	8f	249.743	433.813	359.723	249.743	433.813	359.723				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6e	29.351	45.346	26.242	29.351	45.346	26.242				
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7d	17.428	12.250	23.345	17.428	12.250	23.345				
Resultado de operações de câmbio	11	116.232	165.132	167.510	116.232	167.510					
Despesas da intermediação financeira		(269.703)	(367.744)	(320.993)	(269.443)	(367.365)	(320.749)				
Operações de captação no mercado	17c	(132.977)	(193.791)	(81.747)	(132.717)	(193.412)	(81.503)				
Operações de empréstimos, cessões e repasses	17c	(136.726)	(173.953)	(239.246)	(136.726)	(173.953)	(239.246)				
Resultado bruto da intermediação financeira		143.051	288.797	255.827	143.311	289.176	256.071				
Perdas associadas ao risco de crédito		(7.990)	(30.889)	(26.826)	(7.990)	(30.889)	(26.826)				
Operações de créditos	9	(7.990)	(30.889)	(26.826)	(7.990)	(30.889)	(26.826)				
Outras receitas (despesas) operacionais		(70.224)	(132.184)	(137.073)	(69.836)	(131.877)	(137.261)				
Receitas de prestação de serviços		5.687	10.814	9.707	8.794	14.862	11.582				
Receitas de tarifas bancárias		4.211	7.321	6.706	4.211	7.321	6.706				
Resultado de participações em controladas	15	479	643	273	-	-	-				
Despesas de pessoal	21	(45.373)	(80.177)	(69.389)	(46.067)	(81.417)	(70.563)				
Outras despesas administrativas	22	(23.594)	(43.040)	(35.521)	(23.749)	(43.343)	(35.800)				
Despesas tributárias	23	(10.730)	(21.175)	(28.045)	(11.210)	(21.823)	(28.382)				
Outras receitas / despesas operacionais	24	(904)	(6.570)	(20.804)	(1.815)	(7.477)	(20.804)				
Resultado antes da tributação sobre o lucro e da participação dos minoritários		64.837	125.724	91.928	65.485	126.410	91.984				
Imposto de renda e contribuição social	13	(26.723)	(51.178)	(27.971)	(27.371)	(51.864)	(28.027)				
Provisão para imposto de renda		(5.281)	(24.333)	(21.875)	(5.751)	(24.828)	(21.909)				
Provisão para contribuição social		(6.922)	(22.480)	(17.585)	(7.100)	(22.671)	(17.607)				
Ativo fiscal diferido		(14.520)	(4.365)	11.489	(14.520)	(4.365)	11.489				
Lucro líquido do semestre / exercício		38.114	74.546	63.957	38.114	74.546	63.957				
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		211,48	413,62	359,61							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Controlador / Consolidado		Exercício
	2º semestre	12.2021	
Lucro líquido do semestre / exercício		38.114	63.957
Itens que não podem ser reclassificados para a demonstração de resultado		(2.899)	842
Valor justo de títulos disponíveis para a venda		(7.587)	(1.694)
Impostos sobre valor justo		3.537	2.233
Variação cambial sobre agência Bahamas		1.151	735
Resultado abrangente do semestre / exercício		35.215	64.799

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRE FINDO EM DEZEMBRO DE 2021 E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social				Reserva de lucros		Outros	Lucros acumulados	Total	
		Capital realizado	Aumento de capital	Capital a realizar	Redução de capital	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária			resultados abrangentes
Saldos em 31 de dezembro de 2019		372.222	-	-	-	73	26.421	155.585	(13.817)	-	540.484
Aumento de capital AGE 30/12/2020		-	16.300	(2.445)	-	-	-	-	-	-	13.855
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos		-	-	-	-	-	-	-	842	-	842
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	63.957	63.957
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	20b	-	-	-	-	-	3.198	-	-	(3.198)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	-	34.459	-	(34.459)	-
Remuneração do capital próprio	20b	-	-	-	-	-	-	-	-	(26.300)	(26.300)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		372.222	16.300	(2.445)	-	73	29.619	190.044	(12.975)	-	592.838
Mutações no período		-	16.300	(2.445)	-	-	3.198	34.459	842	-	52.354
Saldos em 31 de dezembro de 2020		372.222	16.300	(2.445)	-	73	29.619	190.044	(12.975)	-	592.838
Aumento / redução de capital:											
Reversão do aumento AGE 30/12/2020		-	(16.300)	2.445	-	-	-	-	-	-	(13.855)
Aumento AGE 16/04/2021		13.855	-	-	-	-	-	(2.930)	-	-	10.925
Aumento AGE 30/09/2021		-	11.000	-	-	-	-	-	-	-	11.000
Redução AGE 30/09/2021		-	-	-	(9.629)	-	-	-	-	-	(9.629)
Ajuste JCP		-	-	-	-	-	-	9.813	-	-	9.813
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos		-	-	-	-	-	-	-	(1.722)	-	(1.722)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	74.546	74.546
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	20b	-	-	-	-	-	3.727	-	-	(3.727)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	-	42.819	-	(42.819)	-
Remuneração do capital próprio	20b	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.000)	(28.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		386.077	11.000	-	(9.629)	73	33.346	239.746	(14.697)	-	645.916
Mutações no período		-	13.855	(5.300)	2.445	-	3.727	49.702	(1.722)	-	53.078
Saldos em 30 de junho de 2021		372.222	13.855	-	-	73	31.441	218.537	(11.798)	-	624.330
Aumento / redução de capital:											
Aumento AGE 16/04/2021		13.855	(13.855)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento AGE 30/09/2021		-	11.000	-	-	-	-	-	-	-	11.000
Redução AGE 30/09/2021		-	-	-	(9.629)	-	-	-	-	-	(9.629)
Ajuste a valor de mercado de TVM e derivativos		-	-	-	-	-	-	-	(2.899)	-	(2.899)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	-	-	38.114	38.114
Destinação do lucro líquido:											
Reserva legal	20b	-	-	-	-	-	1.905	-	-	(1.905)	-
Reservas estatutárias	20b	-	-	-	-	-	-	21.209	-	(21.209)	-
Remuneração do capital próprio	20b	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		386.077	11.000	-	(9.629)	73	33.346	239.746	(14.697)	-	645.916
Mutações no período		-	13.855	(2.855)	-	-	1.905	21.209	(2.899)	-	21.586

Banco Industrial do Brasil S.A.

CNPJ 31.895.683/0001-16



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Em milhares de Reais)

requisitos do CPC 46/Resolução nº 4.748/2019 do Banco Central do Brasil, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para a Alta Administração. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Banco usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O Banco reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das Demonstrações Financeiras em que ocorreram as mudanças, caso aplicável. **Instrumentos financeiros derivativos** - A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos, nos termos da Circular nº 3.082/02 do Banco Central do Brasil, sejam classificados como *“hedge”* de fluxo de caixa, as valorizações ou desvalorizações mencionadas anteriormente são total ou parcialmente lançadas em conta específica no patrimônio líquido, considerando a parte efetiva do *hedge*, deduzidas dos efeitos tributários. Somente quando os instrumentos financeiros derivativos forem contratados em negociações associadas às operações de captações ou aplicações de recursos, nos termos da Circular nº 3.150/02 do Banco Central do Brasil, os ajustes a valor de mercado não deverão ser reconhecidos contabilmente.

• **Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível “H”, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. Com o objetivo de atenuar impactos da COVID-19 na economia, o Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.791/2020, flexibilizou de forma temporária a caracterização de um ativo problemático permitindo que situações de: (i) incapacidade financeira da contraparte para honra da obrigação nas condições pactuadas; e (ii) reestruturação da operação relativa à exposição, deixem de ser consideradas indicativas de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização foi válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2020. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são calculadas de acordo com a classificação das operações mantidas na carteira do Banco e as operações cedidas para o Banco sem cobrigação em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). O aumento da provisão ocorre pela contabilização de novas provisões. As regras do Conselho Monetário Nacional (CMN) determinam a provisão mínima para cada nível de classificação, de 0% (para casos de operações que não se encontram em atraso) até 100% (para operações com mais de 180 dias em atraso).

• **Outros Ativos: Outros valores e bens – Bens não de uso** - Correspondentes a bens móveis e imóveis disponíveis para venda, recebidos em razão de pagamento em razão de créditos não honrados. São ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. • **Outros Ativos: Outros valores e bens – Despesas antecipadas** - Representado, basicamente, por comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, e que são diferidas pelo prazo dos contratos. Caso os créditos sejam cedidos a respectiva comissão é apropriada integralmente em resultado. • **Provisões para redução ao valor recuperável de ativos** - É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. • **Investimentos em participações em controladas** - Os investimentos em controladas, nas Demonstrações Financeiras individuais, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos em participações são avaliados pelo método de custo. Os ajustes a valor de mercado através da constituição de provisão, quando aplicáveis, são classificados como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Esse é um exercício subjetivo, sujeito às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à atualização frequente e a alterações. • **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliar a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível são divulgados em termos de quantidade e valores (Nota Explicativa nº 18); e • **Obrigações legais** - Estão reconhecidos e provisionados no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial (Nota Explicativa nº 18).

I. Imposto de renda e contribuição social - O imposto de renda e a contribuição social do período, corrente e diferido, são calculados com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil por ano para imposto de renda. Para contribuição social são calculadas com base na alíquota de 20% e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos com base na alíquota de 25% para o imposto de renda e 20% para contribuição social. Em 14 de julho de 2021, foi publicado a Lei nº 14.183/21 que altera a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido devida pelas pessoas jurídicas do setor financeiro. Para bancos de qualquer espécie a alteração da alíquota é de 20% para 25%, e para DTVM de 15% para 20%. As novas alíquotas serão válidas para os períodos de julho e dezembro de 2021. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. **J. Aíval e fianças** - Os avals e fianças prestados pela Instituição são registrados em nome dos avaliados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação em razão de acontecimentos futuros. De acordo com a Resolução do BACEN nº 4.512/2016 as operações de avals e fianças prestadas das honradas e não honradas tem provisionamento atribuído a cada cliente, conforme definido pela Administração com base na expectativa de perda desta. **k. Resultado recorrente / não recorrente** - As políticas internas do Banco Industrial do Brasil consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Instituição previsto em seu Estatuto Social, ou seja, “a prática de operações ativas, passivas e acessórias e serviços autorizados aos bancos múltiplos com carteiras comercial, de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, inclusive câmbio, e o exercício de administração da carteira de valores mobiliários, bem como participação de outras sociedades, de acordo com as disposições legais e regulamentares aplicáveis à sua espécie de instituição financeira”. Além disto, a Administração do Banco considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos 3 anos seguintes. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido do Banco no segundo semestre de 2021, no montante de R\$ 38.114 e no exercício de R\$ 74.546 foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

	Controlador		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Moeda Nacional	212	198	406	339
Moeda Estrangeira	94.171	98.995	94.171	98.995
Total	94.383	99.193	94.577	99.334

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez a. Aplicações no mercado aberto

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Até 30 dias		
Posição bancada		
Letras Financeiras do Tesouro	700.123	318.491
Letras do Tesouro Nacional	28.000	100.003
Subtotal	728.123	418.494

b. Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
De 181 a 360 dias	56.731	-
Subtotal	56.731	-
Total	784.854	418.494

c. Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	Controlador e Consolidado		
	2º Semestre 2021	Acumulado 2021	Acumulado 2020
Rendas de aplicações em operações	19.068	28.366	12.711
Compromissadas:			
Posição bancada:	16.761	25.754	12.091
Posição financiada:	576	881	620
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros não ligadas	1.731	1.731	-
Subtotal	19.068	28.366	12.711
Rendas de aplicações em moedas estrangeiras*	953	2.241	2.952
Total	20.021	30.607	15.663

Classificadas na demonstração de resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários (vide Nota Explicativa nº 6e).

6. Títulos e valores mobiliários a. Diversificação por tipo

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Títulos e valores mobiliários		
Carteira própria	169.013	91.383
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	19.901	17.996
Debêntures	3.703	16.468
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	47.691	-
Cotas de Fundos	1.639	1.557
Ações e Cotas	5.177	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (i)	90.902	55.362
Vinculados a operações compromissadas	7.086	11.926
Debêntures	7.086	11.926
Vinculados à prestação de garantia	35.352	29.496
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	35.352	29.496
Total	211.451	132.805
Circulante	71.067	27.455
Não Circulante	140.384	105.350

(i) Os títulos e valores mobiliários no exterior são compostos, basicamente, por títulos de empresas estatais sediadas no Brasil, emitidos por bancos no exterior como renda fixa no valor total de R\$ 29.010 (31/12/2020 – R\$ 12.017) e outros títulos de renda fixa no valor de R\$ 61.892 (31/12/2020 – R\$ 43.345).

Os títulos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Banco Itaú Nassau.

b. Diversificação por prazo

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Sem vencimento	6.816	1.557
Até 3 meses	64.194	2.223
A vencer entre 3 e 12 meses	57	23.675
A vencer entre 12 e 36 meses	84.235	68.980
A vencer entre 36 e 60 meses	-	11.845
A vencer entre 60 e 180 meses	24.803	11.196
Acima de 180 meses	31.346	13.329
Total da carteira	211.451	132.805
Circulante	71.067	27.455
Não circulante	140.384	105.350

c. Classificação da carteira de títulos e valores mobiliários

	2021		2020	
	Disponíveis para Venda	Controlador e Consolidado	Disponíveis para Venda	Controlador e Consolidado
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	55.253	47.492	49.902	47.492
Cotas de Fundos	1.639	-	1.639	-
Debêntures	10.789	28.394	-	-
Certificados de Recebíveis do Agronegócio	47.691	-	-	-
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	90.902	55.362	-	-
Ações e Cotas	5.177	-	-	-
Total da carteira	211.451	132.805	132.805	132.805

d. Valor de mercado dos títulos - Os valores de custo atualizado da carteira de títulos e valores mobiliários, comparados com os respectivos valores de mercado, estão assim demonstrados:

	2021			
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	
Títulos				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	55.319	55.253	(66)	
Debêntures (ii)	44.224	10.789	(33.435)	
Certificados de Recebíveis do Agronegócio (ii)	47.691	47.691	-	
Cotas de Fundos (i)	1.639	1.639	-	
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (i)	89.883	90.902	1.019	
Ações e Cotas (iii)	5.177	5.177	-	
Total	243.933	211.451	(32.482)	

	2020			
	Valor de custo atualizado	Valor de mercado	Ajuste a mercado	
Títulos				
Letras Financeiras do Tesouro – LFT (i)	47.606	47.492	(114)	
Debêntures (ii)	58.050	28.394	(29.656)	
Cotas de Fundos (i)	1.557	1.557	-	
Títulos e Valores Mobiliários no Exterior (i)	53.385	55.362	1.977	
Total	160.598	132.805	(27.793)	

(i) O valor de mercado das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, Títulos e Valores Mobiliários no Exterior e Cotas de Fundos, foram apurados com base em cotações de preços, índices e taxas imediatamente disponíveis para transações não forçadas e oriundas de fontes independentes. Portanto, classificados como Nível 1.

(ii) O valor de mercado das Debêntures e Certificados de Recebíveis do Agronegócio foi obtido pela utilização de preços cotados para ativos e passivos semelhantes em mercados ativos, ou através de fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas de descontos obtidas através de dados observáveis de mercado ou outras técnicas de avaliação baseadas em métodos matemáticos que utilizam referenciais de mercado. Portanto, classificados como Nível 2.

(iii) Está incluído nesse nível, os instrumentos de patrimônio (ações) de outra entidade, classificado como Nível 3.

e. Resultado com títulos e valores mobiliários

	Controlador e Consolidado		
	2º Semestre 2021	Acumulado 2021	Acumulado 2020
Aplicações interfinanceiras de liquidez	19.068	28.366	12.711
Rendas de aplicações em moeda estrangeira	953	2.241	2.952
Títulos de renda fixa	9.262	14.658	10.549
Aplicações em fundos de investimentos	68	81	30
Total	29.351	45.346	26.242

7. Instrumentos financeiros derivativos: O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção (*hedge*) contra risco de mercado, que decorrem, principalmente, das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento da necessidade de *hedge* é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de dólar e de reais subdivididas nos diversos indexadores (pré e TJLP). Os instrumentos financeiros derivativos são os de mais alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, que são avaliados pelo valor de mercado, por meio de ajustes diários e classificados como Nível 1. A efetividade dos instrumentos de *hedge* é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de derivativos e dos valores de mercado dos objetos do *hedge*. Os instrumentos de *hedge* podem ser operados em prazos distintos dos seus respectivos objetos, com o intuito de buscar a melhor liquidez do instrumento. Existe a previsão da necessidade de renovação ou de contratação de nova operação de *hedge*, naqueles em que o instrumento financeiro derivativo apresenta vencimento anterior ao do item objeto de *hedge*. Após a implementação da política de taxa de câmbio flutuante, a carteira de dólar vem sendo gerenciada de forma que haja o menor descasamento de prazo e volume financeiro possível. Por outro lado, esses instrumentos financeiros derivativos, que não atendem à classificação de *hedge*, conforme parâmetros estabelecidos na Circular BACEN nº 3.082/02, mas que são utilizados para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas, ou seja, à exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultados do Banco. **Controles de gerenciamento de risco** - As carteiras são controladas e consolidadas pela área de Informações Gerenciais, sob gestão da Diretoria Administrativa, a qual tem por responsabilidade apurar o valor de mercado das posições de derivativos e dos seus respectivos objetos de *hedge*. Essas informações são encaminhadas à Mesa Financeira e à área de Gestão de Riscos, que, nas reuniões diárias de caixa, define a melhor gestão das diversas carteiras ativas e passivas do Banco, considerando riscos de mercado e de liquidez, providenciando os instrumentos de *hedge* necessários de acordo com a política previamente definida pela Administração. As posições descobertas são acompanhadas constantemente para verificação de que estão dentro dos limites aprovados pelo Comitê de Risco de Mercado.

a. Posição

Operações de swap:

	Controlador e Consolidado			
	2021			
	Valor referencial	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor líquido a pagar
CDI x IGP-M (*)	66.635	75.148	(75.471)	(323)
Total	66.635	75.148	(75.471)	(323)

	Controlador e Consolidado			
	2020			
	Valor referencial	Valor de mercado	Valor de mercado	Valor líquido a pagar
CDI x IGP-M (*)	24.204	27.560	(27.758)	(198)
Total	24.204	27.560	(27.758)	(198)

Operações de futuro:

	Controlador e Consolidado		Controlador e Consolidado	
	2021		2020	
	Posição comprada	Posição vendida	Posição comprada	Posição vendida
Mercado futuro (*):	-	1.926.510	-	1.769.771
Taxa de juros - DI	-	109.654	-	38.975
Moeda	341.953	109.654	165.175	38.975
	341.953	2.036.164	165.175	1.808.746

(*) Essas operações são utilizadas para proteção contra riscos inerentes às oscilações de preços e taxas (*“hedge”*) – vide Nota Explicativa nº 7e.

b. Diversificação por prazo de vencimento

Os contratos de instrumentos financeiros derivativos estão distribuídos na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nos seguintes prazos de vencimento:

	Controlador e Consolidado			
	2021			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap:				
CDI X IGP-M	(73)	(104)	(146)	(323)
Mercado futuro:				
Posição comprada	193.971	147.982	-	341.953
Posição vendida	1.479.145	557.019	-	2.036.164

	Controlador e Consolidado			
	2020			
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 12 a 36 meses	Total
Operações de swap:				
CDI X IGP-M	36	(174)	(60)	(198)
Mercado futuro:				
Posição comprada	77.836	87.339	-	165.175
Posição vendida	1.244.599	564.147	-	1.808.746

Os ajustes diários das operações realizadas no mercado futuro são registrados como receita ou despesa efetiva quando auferidas e representam seu valor de mercado. As operações de futuros e swap são registradas em contas de compensação pelo valor de contrato ou valor de principal. Essas operações são realizadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Os valores a receber e a pagar de operações de swap estão registrados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”.

c. Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

Os tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos estão representados basicamente por:

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Letras do Tesouro Nacional	32.478	26.747
Cartas de Fiança	35.000	25.000
Total	67.478	51.747

d. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

- O valor das receitas e despesas líquidas estão demonstrados a seguir:

	Controlador e Consolidado		
	2º Semestre 2021	Acumulado 2021	Acumulado 2020
Operações de swap	(27)	(169)	(161)
Contratos futuros	17.455	12.419	23.506
Total	17.428	12.250	23.345

e. Posições de instrumentos financeiros e análise de sensibilidade de riscos - O Banco apresenta 3 cenários de simulações sobre a apresentação de informações dos instrumentos financeiros, inclusive os derivativos de *hedge*, que incluem a análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração. Essa análise incluiu simulações que medem o efeito dos movimentos das curvas de mercado e dos preços sobre as exposições mantidas pelo Banco, tendo como objetivo simular os efeitos no resultado diante de três cenários específicos, conforme apresentado a seguir: 1 - Situação considerada provável pela Administração que considerou uma deterioração de 1%, na variável de risco (câmbio e taxa de juros), que teve a intenção de demonstrar certa estabilidade. 2 - Situação com deterioração de, pelo menos, 25% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros). 3 - Situação com deterioração de, pelo menos, 50% (*) na variável de risco considerada (câmbio e taxa de juros).

1 – Demonstrativo de posições

Apresentamos, a seguir, os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2021 e os respectivos montantes das carteiras protegidas por esses instrumentos:

	Risco	Instrumento financeiro derivativo	Montante da carteira protegida	Posição (a)
Operação / Carteira protegida				
Hedge (*) – Divida em moeda estrangeira				
Exposições do exterior / Divida subordinada				
Hedge (*) – Banking Prê	Câmbio	230.342	(235.381)	(5.039)
Operações de crédito	Taxa de Juros	(1.926.510)	2.481.175	554.665
Total		(1.696.168)	2.245.794	549.626

Banco Industrial do Brasil S.A.

CNPJ 31.895.683/0001-16



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Em milhares de Reais)

13. Créditos tributários – controlador / consolidado: O Banco adota procedimentos de reconhecer créditos tributários de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CS) sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, com base nas alíquotas vigentes de 25% para imposto de renda e 20% (25% para o crédito que será realizado no período do segundo semestre de 2021) para contribuição social. Os créditos tributários são constituídos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842 de 30 de julho de 2020, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. Não foram constituídos créditos tributários nas outras sociedades componentes do consolidado em razão das incertezas quanto aos seus resultados futuros.

a. Natureza e origem dos créditos tributários

	2021			2020		
	IR	CS	Total	IR	CS	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.826	6.260	14.086	12.457	9.964	22.421
Marcação a mercado de TVM	8.121	6.496	14.617	6.948	5.558	12.506
Passivo contingente	16.575	12.406	28.981	14.368	10.642	25.010
Total	32.522	25.162	57.684	33.773	26.164	59.937

b. Expectativa de realização - Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2021 é a seguinte:

Exercícios	Expectativa de realização por exercício			Valor presente (i)		
	2021	2022	2023	2021	2022	2023
2022						
2023						
2024						
2025						
2026						

(i) Para descontar os créditos tributários a valor presente foi utilizada a taxa do DI de 31 de dezembro de 2021 (0,77% a.m.).

c. Movimentação dos créditos tributários no período

	2021	2020
Saldo no início no período	59.937	47.681
Constituição no período	19.798	20.995
Reversão / realização no período	(22.051)	(8.739)
Saldo no fim no período	57.684	59.937
Representatividade dos créditos tributários sobre o patrimônio líquido (%)	8,93%	10,11%

d. Despesa com imposto de renda e contribuição social – controlador (acumulado)

	2021		2020	
	IR	CS	IR	CS
Lucro líquido antes da tributação	125.724	125.724	91.928	91.928
Remuneração do capital (JCP)	(28.000)	(28.000)	(26.300)	(26.300)
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	97.724	97.724	65.628	65.628
Adições / exclusões	(6.982)	(6.982)	25.884	25.884
Resultado de equivalência patrimonial	(2.275)	(2.275)	(1.204)	(1.204)
Créditos baixados como prejuízo	(49.847)	(49.847)	(19.422)	(19.422)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	31.425	31.425	26.718	26.718
Passivos contingentes, cíveis / trabalhistas e fiscal	8.317	8.317	18.227	18.227
Ajuste a valor de mercado	(318)	(318)	(80)	(80)
Lucro no exterior	1.633	1.633	930	930
Outras incluições / exclusões	302	302	295	295
Doações	3.781	3.781	420	420
Base de cálculo	90.742	90.742	91.512	91.512
Encargos às alíquotas de 15% (IR) e 25% (CS) – a partir de julho/2021	13.611	20.532	13.727	17.568
Adicional de IR a 10% sobre parcela excedente a R\$ 240	9.050	-	9.127	-
Incentivos fiscais	(802)	-	(994)	-
IR/CS Diferidos	79	64	15	17
Efeito ajuste JCP Dez./2020	2.395	1.884	-	-
Imposto de renda / contribuição social	24.333	22.480	21.875	17.585

14. Outros ativos

a. Bens não de uso próprio

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Imóveis	141.814	158.186
Total	141.814	158.186
Circulante	141.814	158.186

b. Despesas antecipadas

	Controlador e Consolidado	
	2021	2020
Comissão e Prêmios	30	26
Despesas antecipadas (i)	927	1.128
Total	957	1.154
Circulante	773	755
Não circulante	184	399

(i) Representado, basicamente, por comissões pagas pela intermediação de concessão de operações de crédito, e que são diferidas pelo prazo dos contratos. Caso os créditos sejam cedidos a respectiva comissão é apropriada integralmente em resultado.

15. Investimentos em participações em Controladas

	2021 – 2º semestre			
	IB DTVM	IB Créditos	Outros	Total
Informações sobre investimentos				
Capital social realizado	4.116	1.483	-	-
Patrimônio líquido	4.777	2.672	-	-
Lucro / Prejuízo líquido do semestre	36	442	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital - %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada	36	442	-	478
Valor contábil dos investimentos	4.796	3.115	2.026 (*)	9.937
Operações realizadas em controladas (**)				
Resultado:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	144	116	-	260
Rendas de prestação de serviço	-	3.107	-	3.107

	IB DTVM	IB Créditos	Outros	Total
Informações sobre investimentos				
Capital social realizado	4.116	1.483	-	-
Patrimônio líquido	4.777	2.672	-	-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	27	615	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital - %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada	27	615	-	642
Valor contábil dos investimentos	4.796	3.115	2.026 (*)	9.937
Operações realizadas em controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	15	201	-	216
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.791	-	-	4.791
Títulos e valores mobiliários	-	4.728	-	4.728
Resultado:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	204	150	-	354
Rendas de prestação de serviço	25	4.048	-	4.073

	IB DTVM	IB Créditos	Outros	Total
Informações sobre investimentos				
Capital social realizado	4.116	1.483	-	-
Patrimônio líquido	4.805	2.385	-	-
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	(7)	280	-	-
Cotas	683.500	1.482.436	-	-
Participação no capital - %	99,64	99,99	-	-
Resultado da participação em controlada	(7)	280	-	273
Valor contábil dos investimentos	4.769	2.499	1.251 (*)	8.519
Operações realizadas em controladas (**)				
Ativo:				
Disponibilidades	25	152	-	177
Aplicação em depósitos interfinanceiros	4.745	-	-	4.745
Títulos e valores mobiliários	-	2.634	-	2.634
Resultado:				
Rendas com títulos e valores mobiliários	130	63	-	193
Rendas de prestação de serviço	50	1.873	-	1.923

(*) Investimento para incentivos fiscais, títulos patrimoniais, ações e cotas e obras de arte.

(**) Operações realizadas em condições de mercado, considerada a ausência de risco.

16. Imobilizado de uso

	Controlador e Consolidado				
	2021		2020		
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Custo de aquisição	Depreciação acumulada
Outras imobilizações:					
Imóveis:					
Terreno	-	13.880	-	21.559	-
Edificações	4	-	-	6.033	(3.922)
Subtotal	-	13.880	-	27.592	(3.922)
Móveis e equipamentos	10	3.448	(1.640)	2.117	(1.478)
Sistema de comunicação	20	403	(278)	373	(271)
Sistema de processamento de dados	20	4.805	(3.045)	2.936	(2.828)
Sistema de segurança	10	71	(71)	71	(71)
Aeronaves / veículos	20	27.845	(3.193)	27.711	(389)
Subtotal	36.572	(8.227)	33.208	(5.037)	(8.599)
Total	50.452	(8.227)	60.800	(8.599)	(8.599)

17. Depósitos e demais instrumentos financeiros passivos – Instituições financeiras e outros clientes

a. Diversificação por produto

	Controlador		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depósitos à vista	124.750	106.404	124.728	106.367
Depósitos interfinanceiros	463.842	406.434	459.051	401.689
Depósitos a prazo	1.848.383	1.836.917	1.843.655	1.834.283
Operações compromissadas	7.026	12.712	7.026	12.712
Recursos de aceites e emissão de títulos (*)	1.644.393	1.199.963	1.644.393	1.199.963
Empréstimos no exterior (**)	780.647	338.827	780.647	338.827
Obrigações por repasses no País (***)	-	458	-	458
Obrigações por repasses no exterior (****)	420.176	342.171	420.176	342.171
Outros recursos	8.358	18.763	8.358	18.763
Total	5.297.575	4.262.649	5.288.034	4.255.233

(*) Captações de recursos via Letras Financeiras – LTEL R\$ 209.403 (31/12/2020 – R\$ 520.987) com garantia via recebíveis da instituição financeira e Letras Financeiras R\$ 909.347 (31/12/2020 – R\$ 386.582). Letras de Crédito Imobiliário R\$ 89.576 (31/12/2020 – R\$ 81.546), e Letras de Crédito do Agronegócio R\$ 436.068 (31/12/2020 – R\$ 210.848).

(**) São compostos basicamente por linhas externas para financiamento às exportações e importações de empresas brasileiras vencíveis até outubro de 2022.

(***) Referem-se a repasses de recursos do FINAME. Sem operações para o período.

(****) Em 1º de junho de 2017, o Banco Industrial do Brasil recebeu do IFC (*International Finance Corporation*) uma linha de crédito de US\$ 81,2 milhões nas seguintes condições: 1) empréstimo A no montante de US\$ 46,7 milhões pelo prazo de 5 anos (IFC + MCPPI), que foram amortizados parcialmente em 15 de junho de 2019, 2020 e 2021; 2) empréstimo B de US\$ 34,5 milhões por um prazo de 2 anos feito junto a um sindicato de bancos, que foi liquidado integralmente em 15 de junho de 2019. Esses recursos são destinados a empresas com mulheres em sua gestão.

Em 13 de julho de 2017, o Banco recebeu do DEG um novo empréstimo sênior no montante de US\$ 15,0 milhões com vencimento em 7 anos. Em 30 de junho de 2020, o Banco recebeu mais um empréstimo sênior do DEG no montante de US\$ 12,0 milhões com vencimento em 7 anos. Em dezembro de 2021, o Banco captou um novo empréstimo sênior junto ao DEG e Proparco (*Société de Promotion et de Participation Pour la Coopération Economique S.A.*) no valor de US\$ 40,0 milhões por 7 anos. Os recursos das três linhas com o DEG, são destinados a empresas de médio porte, PMEs. Todas essas linhas de crédito exigem a manutenção de índices financeiros mínimos (*financial covenants*), que são monitorados trimestralmente.

b. Diversificação por prazo

	Controlador		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Sem vencimento	124.750	106.404	124.728	106.367
A vencer em até 3 meses	1.137.293	957.153	1.132.874	957.009
A vencer entre 3 e 12 meses	1.919.400	1.875.490	1.917.853	1.869.892
A vencer entre 12 e 36 meses	1.808.610	1.143.321	1.805.056	1.141.684
A vencer entre 36 e 60 meses	61.913	149.184	61.913	149.184
A vencer entre 60 e 180 meses	245.609	31.097	245.610	31.097
Total	5.297.575	4.262.649	5.288.034	4.255.233

c. Despesas de captações, empréstimos, cessões e repasses

	Controlador		Consolidado	
	2º Semestre 2021	Acumulado 2021	2º Semestre 2021	Acumulado 2021
Operações de captações no mercado				
Depósitos interfinanceiros	18.357	25.517	18.213	25.313
Depósitos a prazo	59.438	90.177	59.322	90.002
Captações no mercado aberto	839	1.407	839	1.407
Letras de crédito do agronegócio	14.119	18.439	14.119	18.439
Letras de créditos imobiliários	2.689	3.675	2.689	3.675
Letras financeiras	35.490	50.606	35.490	50.606
Outros	2.045	3.970	2.045	3.970
Subtotal	132.977	193.791	132.717	193.412

Operações de empréstimos e repasses

Despesa de obrigações com banqueiro no exterior	106.014	143.238	106.014	143.238
Obrigações por repasses no País	30.712	3	30.712	3
Obrigações por repasses no exterior	136.726	173.996	136.726	173.996
Subtotal	269.703	367.744	269.443	367.355
Total	402.680	561.535	402.160	560.767

Operações de captações no mercado

Depósitos interfinanceiros	10.419	10.289
Depósitos a prazo	45.598	45.485
Captações no mercado aberto	929	929
Letras de crédito do agronegócio	996	996
Letras de créditos imobiliários	2.520	2.520
Letras financeiras	19.101	19.101
Outros	2.184	2.183
Subtotal	81.747	81.503

Operações de empréstimos e repasses

Despesa de obrigações com banqueiro no exterior	142.298	142.298
Obrigações por repasses no País	102	102
Obrigações por repasses no exterior	96.846	96.846
Subtotal	239.246	239.246
Total	320.993	320.749

18. Provisões: O Banco e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. **a. Contingências passivas e obrigações legais** - As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por: (i) Ações Trabalhistas que objetivam ver reconhecidos direitos trabalhistas, tais como, horas extras, verbas acessórias, entre outras; (ii) Fiscais e Previdenciárias – Provisão para Riscos Fiscais representados por processos em que se discute a constitucionalidade ou legalidade da exigência de diversos impostos e contribuições; (iii) Cíveis - promovidas pelo cliente e/ou terceiro, visando o ressarcimento de despesas e/ou danos em decorrência de operação financeira ou alegado descumprimento de obrigação legal. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica "Outros créditos - Devedores por depósitos em garantia". Os processos de natureza fiscal e trabalhista segue as normas do CPC 25, e os processos cíveis são calculados pela média histórica das perdas e ganhos ocorridos nos últimos 3 anos. O Banco e suas controladas, com base na opinião de seus assessores legais, não esperam a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas. Existem 15 casos de reclamações trabalhistas classificações como possíveis pelos nossos assessores jurídicos, no montante de R\$ 4.968. O cenário de incerteza de duração dos processos e a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas. A previsão de consumo das provisões é de até cinco anos. **b. Composição das provisões** - A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias indenizadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

	2021	2020
Provisão para contingências	100.650	91.257
Trabalhistas	15.885	11.808
Outras contingências fiscais (*)	70.214	69.645
Cíveis (**)	14.551	9.804

	2021	2020
Provisão para contingências	101.842	91.538
Trabalhistas	17.077	12.089
Outras contingências fiscais (*)	70.214	69.645
Cíveis (**)	14.551	9.804

(*) Outras Contingências Fiscais compreendem critérios de apuração de base de cálculo de PIS e COFINS, entre outros. (**) Representa a perda histórica do Banco em relação aos processos em aberto. Questionamentos judiciais sobre indexação de contratos entre outros. A provisão é efetuada tomando-se por base o efetivo desembolso de acordos firmados historicamente.

São concedidos créditos por meio de avais e fianças vinculados a contratos de licitações, garantias judiciais e outros no montante de R\$ 157.249 (R\$ 137.015 em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
Garantias prestadas		
Vinculados a licitações, leilões	5.210	3.454
Fornecimento de mercadorias	39.483	21.294
Distribuidora de TVM por Oferta Pública	12.500	
Processos judiciais	68.359	65.919
Fianças bancárias	31.697	46.353
Total	157.249	137.019
Provisão para garantias prestadas		
Vinculados a licitações, leilões	19	
Fornecimento de mercadorias	104	189
Distribuidora de TVM por Oferta Pública	63	
Processos judiciais	337	323
Fianças bancárias	112	178
Total	635	690

Banco Industrial do Brasil S.A.

CNPJ 31.895.683/0001-16



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Em milhares de Reais)

Local de risco	Valor em risco
Matriz	150.000
Ag Campinas	600
Ag Curitiba	600
Ag RJ	500
Ag Goiânia	500
Ag Belo Horizonte	500
Ag Salvador	300
Ag Rio Branco	150
Ag Manaus – Em fase de registro	150
Ag Macapá	100
A apólice inclui ainda sublimites conforme descrito a seguir:	
Cobertura do seguro	Sublimites
Incêndio / raio / explosão / implosão / fumaça	100.000
Lucros cessantes (lucro líquido + despesas fixas decorrentes da cobertura básica)	18.000
Venda/ral / furacão / impacto de veículos / queda de aeronaves / granizo / tornado	3.000
Responsabilidade civil operações	2.000
Equipamentos eletrônicos	1.000
Alagamentos / inundação	500
Roubo e furto de bens	500
Danos elétricos	500
Responsabilidades contingentes	200
Responsabilidade garagista / incêndio / roubo	300
Perda e/ou pagamento de aluguel	500
Despesas com desentulho do local em decorrência de incêndio, raio e explosão	200
Quebra de vidros	200
Roubo no interior do estabelecimento	100
Vazamento acidental de tanque, ruptura encanamento ou tubulações do imóvel	200
Roubo fora do estabelecimento	100
Fidelidade de empregados	1.000

29. Outras informações: a) O Banco não tem por política oferecer plano de pensão e/ou quaisquer tipos de benefícios pós-emprego a funcionários. b) O Banco conta com um único acionista, Sr. Carlos Alberto Mansur, que acumula ainda as funções de Diretor-Presidente e Presidente do Conselho de Administração.

30. Composição de caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Controlador			Consolidado		
	2º Semestre	2021	2020	2º Semestre	2021	2020
No início do período	358.832	517.687	365.770	358.998	517.828	365.837
Caixa e equivalentes de caixa	358.832	517.687	365.770	358.998	517.828	365.837
No final do período	879.237	879.237	517.687	879.431	879.431	517.828
Caixa e equivalentes de caixa	879.237	879.237	517.687	879.431	879.431	517.828

31. COVID-19: Os reflexos causados pelo Covid-19 durante a Pandemia nas operações do Banco, foram notados principalmente com relação ao aumento da carteira de operações de crédito até 31 de dezembro de 2020, sendo que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a carteira sofreu um acréscimo em torno de 16,2%. Adicionalmente, após a flexibilização das medidas de prevenção contra o COVID-19, no período de 30 de setembro até 31 de dezembro 2021, o Banco continuou com as medidas sanitárias em função da nova variante Ômicron, no sentido de prevenção da contaminação de seus colaboradores, sendo elas: - As dependências do BIB são higienizadas com frequência; - As marcações do ponto eletrônico dos funcionários são efetuadas através do crachá por aproximação, sem a necessidade de ter contato com o equipamento, para não haver risco de contágio; - Todos os colaboradores utilizam máscaras de proteção nas dependências do BIB; - Está disponível em todos os andares álcool em gel e espuma para uso do público interno (colaboradores, visitantes, prestadores de serviço etc.); - Orientações para o uso de elevadores com no máximo duas pessoas; - Desenvolvimento de campanha educativa (*e-mails*, cartazes, comunicados diversos); - Marcação indicativa de distância mínima entre pessoas no piso do hall de entrada, na recepção; - Política de janelas e portas internas abertas para assegurar suficiente ventilação nos ambientes; - Higienização frequente de equipamentos, mesas, cadeiras, interruptores etc.; - Distanciamento entre pessoas; - Priorização de reuniões de trabalho com colaboradores e clientes utilizando os canais eletrônicos disponíveis; - Liberação de *home office* para casos suspeitos, ao primeiro sinal de algum sintoma, até que o funcionário obtenha orientação médica e resultado do teste de COVID-19; - Liberação de *home office* para casos de colaboradores que tiveram contato com pessoas "positivas", até que seja possível

a realização do teste de COVID-19, e liberação para trabalho presencial após resultado negativo; - Acompanhamento periódico dos casos confirmados, em quarentena, até a liberação médica para retorno ao trabalho ou término da quarentena. - É necessário apresentar para área de Recursos Humanos o teste de COVID-19, para os colaboradores que retornarem de férias ou licença. Adicionalmente, além das medidas citadas acima, a partir de 03 de janeiro de 2022, o Banco está realizando semanalmente testes para a detecção de anticorpos para COVID-19 (IGM e IGG) nos colaboradores. Para a realização dos testes é efetuado um processo de triagem através da abordagem do questionário da Organização Mundial da Saúde (OMS), para identificação de sinais / sintomas e contato recente com o vírus. Em casos de resultados positivos, os Colaboradores são imediatamente afastados para a realização da confirmação viral através de RT PCR (vias respiratórias), bem como são adotados protocolos institucionais baseado nos riscos de cada área / atividade.

32. Reestruturação societária: A AGE de 30/09/2021 deliberou sobre a cisão parcial do Banco Industrial do Brasil tendo por base imóvel sede do Banco, avaliado em 31/08/2021 e protocolado junto ao Banco Central do Brasil, com aprovação em janeiro de 2022. A pretendida cisão parcial visa buscar uma maior eficiência na gestão dos ativos do Banco e distribuí-los entre as partes *vis-à-vis* os interesses de seus acionistas. Diante da justificativa acima, a Administração do Banco entende que a cisão parcial, na forma aqui disciplinada, representa a melhor alternativa para que o Banco e a CCM33 possam melhor desempenhar o seu fim social. O critério a ser utilizado para avaliação do patrimônio líquido do Banco a ser parcialmente cindido foi avaliado pelos ativos em conformidade com o disposto no artigo 183 da Lei nº 6.404/76 com as alterações e redações da Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009, tendo por base balanço patrimonial levantado na Data-Base, exclusivamente para fins da cisão parcial. A parcela cindida comporá o capital da sociedade CCM33 Participação e Incorporação Ltda. constituída exclusivamente para este fim.

O acervo avaliado para a cisão é composto da seguinte forma:

Ativos	Valores
Terrenos	7.678
Edificações	6.033
Depreciação de imóveis	(4.082)
Total	<u>9.629</u>

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A DIRETORIA

DALMO GOES - Contador
CRC 1SP 144.600/O-2 - CPF 028.235.258-90

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração do

Banco Industrial do Brasil S.A.

São Paulo - SP

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do Banco Industrial do Brasil S.A. ("Banco"), identificadas como controlador e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Industrial do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho, individual e consolidado, de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores - A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, e ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos

que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de janeiro de 2022.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419